



Contribuição do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS Rio) para o Desenvolvimento Institucional do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)

O Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS Rio) vem, pela presente submissão, apresentar a sua contribuição para o desenvolvimento institucional do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) em sede de consulta pública realizada para esse propósito.

A contribuição aqui apresentada segue, em linhas gerais, o modelo já sugerido em outras submissões feitas por diferentes entidades na mesma consulta pública. Nessa direção, fazemos referência à submissão realizada previamente por entidades como Abranet e Sociedade Brasileira de Computação (SBC). Acreditamos assim que o desenho geral proposto por essas submissões, amparado em apoio substancial de entidades representativas de diversos setores, oferece a melhor solução para a finalidade que essa proposta procura atingir.

O Comitê Gestor da Internet, em seus mais de vinte anos de existência, vem assumindo um gradual protagonismo nos debates sobre regulação e governança da Internet no País. Após a sua criação por portaria interministerial e regulamentação por Decreto, o CGI foi indicado no Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) como entidade que deve ser ouvida para a determinação dos contornos de temas relacionados à neutralidade da rede (art. 9º §1º) e na “promoção da racionalização da gestão, expansão e uso da Internet” no Brasil (art. 24, II).

Nos últimos anos, o Comitê Gestor vem desempenhando papel fundamental na consolidação do modelo multissetorial de governança da rede no País. Através da edição da Resolução nº 03/2009, o CGI apresentou os dez Princípios para a Governança e Uso da Internet no Brasil. Esse chamado “Decálogo” serviu de base para muitos dos dispositivos hoje constantes do Marco Civil da Internet e tem servido como fio condutor da atuação do Comitê.

Vale destacar a relevância da expertise técnica presente no CGI que, aliada ao direcionamento imposto pelos referidos princípios, fez com o que o Comitê emitisse uma série de notas técnicas em situações em que o esclarecimento sobre aspectos do funcionamento da rede foi necessário para o deslinde de questões que mobilizaram um verdadeiro debate nacional, como os sucessivos bloqueios do aplicativo WhatsApp e a tentativa de aprovação de projetos de lei que contrariavam a preservação da liberdade de expressão e da privacidade, conforme constante do Decálogo.



Nesse sentido, a proposta aqui apresentada busca garantir que as conquistas alcançadas pelo Comitê Gestor da Internet sejam preservadas e que, com o aprimoramento institucional, o CGI possa cumprir de forma cada vez melhor o seu mandato multissetorial.

O ITS Rio entende que a proposta abaixo descrita (e já apresentada em outras submissões) atende a pontos positivos como: (a) preservação da estrutura multissetorial com representação dos diversos setores em pé de igualdade; (b) operação de baixo para cima, com desenvolvimento democrático e incentivador da colaboração entre os distintos agentes no processo de construção de consenso; (c) abertura e transparência; e (d) pluralidade, diversidade e respeito aos direitos humanos.

Essa proposta ainda não traz a composição das camadas estruturantes sugeridas, assim como também não detalha forma de eleição de seus representantes. Entendemos que essas decisões deverão ser tomadas ao longo do próximo ano, período no qual seria de extrema relevância que o próprio Comitê Gestor da Internet pudesse gerir esse debate.

Nessa direção, vale alertar que a proposta apresentada busca traçar os delineamentos gerais de um regime multissetorial paritário e bastante representativo, conforme já sugerido em outras submissões. Uma vez reconhecido o amplo consenso evidenciado nessa consulta pública, caberia ao CGI em si tomar as rédeas de seu processo de aprimoramento e, através de grupos de trabalhos especializados, produzir um modelo que detalhe os aspectos práticos de operação de sua nova estrutura.

Desenho institucional proposto

Assim como já delineado em outras submissões, o ITS Rio gostaria de reafirmar a necessidade de se criar um desenho institucional do CGI que amplie a sua representatividade sem privilegiar quaisquer dos setores que o compõem.

Setores Representados

O Comitê deve continuar a ser o resultado da junção dos esforços de quatro setores: o setor público, o empresarial, a sociedade civil e a comunidade científica e tecnológica. Esses quatro setores continuariam a ser os vetores principais de organização dos distintos agentes envolvidos com a governança da Internet no Brasil.

De forma mais específica, pode-se definir assim os diversos setores: (i) **setor público**, congregando órgãos dos três poderes dos três níveis da Federação, além de entidades classificadas como “essenciais à Justiça” nos termos da Constituição Federal; (ii) **setor empresarial**, reunindo empresários individuais e entidades com fins lucrativos, bem como suas associações representativas de classe nos níveis federal, estadual e municipal; (iii) **sociedade civil**, congregando



usuários individuais, organizações não governamentais sem fins lucrativos, bem como suas associações representativas nos níveis federal, estadual e municipal; e (iv) **comunidade científica e tecnológica**, reunindo pessoas ou instituições dedicadas à pesquisa e/ou docência, organizações e comunidades técnicas, bem como suas associações representativas nos níveis federal, estadual e municipal.

Especialmente no que diz respeito à comunidade científica e tecnológica, gostaríamos de chamar atenção para o fato de que, em pleitos eleitorais passados, houve confusão sobre o enquadramento de entidades que se dedicam à pesquisa sobre Internet, mas que podem ter, pela formação de seus pesquisadores ou por seu estatuto social, um direcionamento ao estudo da rede através das lentes das ciências sociais aplicadas. Seria importante nesse momento de construção de um novo modelo do CGI deixar claro que pesquisadores que investigam temas sobre Internet, dão aulas e publicam sobre o tema, quando reunidos em associações ou institutos de pesquisa para tal finalidade, são pertencentes ao setor “comunidade técnica e científica”, evitando assim os questionamentos existentes no passado.

O ITS Rio, por exemplo, como um instituto de pesquisa interdisciplinar, reunindo professores e pesquisadores com formação em Direito, Economia, Comunicação e Ciências Sociais, seria, a nosso ver, uma entidade que comporia a “comunidade técnica e científica” para esses fins.

As três camadas de representação

Uma sugestão que parece emergir como consensual dessa consulta pública é o modelo que se estrutura em três camadas de representação. Esse modelo parte do pressuposto de que um órgão de cúpula (o pleno do Comitê) deve ser permanentemente subsidiado por pautas advindas dos quatro setores representados. A melhor forma de obter esse resultado seria com a criação de conselhos setoriais (um para cada setor). Esses conselhos, por sua vez, seriam compostos por membros escolhidos a partir do largo grupo de agentes interessados em participar do processo de governança da rede no Brasil através do CGI.

De forma mais detalhada, imaginamos que esse modelo de três camadas poderia ser assim dividido.

Camada Superior (Órgão Pleno): Aqui permaneceria o órgão pleno do Comitê Gestor da Internet. A nossa sugestão é que esse órgão seja composto por até 24 membros (seis para cada setor, mantendo assim a necessária paridade). Algo entre quatro e seis representantes de cada setor seria o ideal para garantir pluralidade de vozes no órgão e dentro de cada setor ali representado. Os representantes seriam eleitos a partir de um modelo a ser definido por cada Conselho Setorial (a camada intermediária). Essa instância seria responsável pela coordenação de todo o Comitê e pela tomada de decisão final a respeito de agenda de trabalho do CGI. A presidência do órgão pleno consistiria em assento



adicional, cabendo ao mesmo presidir as sessões do órgão, propor pautas para deliberação e representar o Comitê.

Camada Intermediária (Câmaras Setoriais): O CGI contaria com câmaras setoriais dedicadas para cada um dos grupos listados acima (com o máximo de 15 membros por câmara, com divisão de cadeiras de acordo com os grupos de interesse de cada setor, a serem definidos oportunamente). Essas câmaras setoriais funcionariam como subcomitês deliberativos no âmbito do respectivo setor, propondo pautas e encaminhando questões de interesse do respectivo setor para serem apreciadas pela camada multissetorial superior.

Camada de base (Comunidades Constituintes): Na base do funcionamento da estrutura descrita os setores contarão com assembleias gerais que reunirão comunidades constituintes (segundo regras a serem estabelecidas) que escolherão representantes para ocupar espaços nas camadas intermediárias e superior. Serão esferas de espaço para veiculação de pautas setoriais e diálogos preliminares. Cada “comunidade constituinte” seria composta por “membros associados” que veriam na mesma o veículo para coordenar as suas pautas específicas e eleger representantes nas instâncias superiores. As comunidades constituintes dos diversos setores manteria canais permanentes para o diálogo entre seus membros associados e seriam responsáveis por identificar assuntos de interesse setorial, pautar a atuação das respectivas camadas superiores e esboçar (individual ou coletivamente) propostas de encaminhamento para a apreciação das mesmas.

Sobre as camadas de base pode-se recorrer ao exemplo da GNSO/ICANN. Debaixo de grupos maiores (como o grupo dos “usuários comerciais” ou dos “usuários não comerciais”) existem duas ou mais *constituencies* que vão representar diferentes pontos de vista. Assim, debaixo da Câmara Setorial do Setor Empresarial poderia existir, por exemplo, a *constituency* dos provedores de acesso à Internet, a das associações de defesa dos direitos autorais, a das plataformas de redes sociais e etc. Já debaixo da Câmara Setorial da Sociedade Civil pode-se imaginar a criação de comunidades constituintes como as que congregam associações de defesa da liberdade de expressão e de imprensa ou mesmo uma *constituency* de entidades que trabalham com o tema da inclusão digital.

Em adição às três camadas, sugere-se ainda a criação de uma **instância transversal**, que possa reunir membros das três camadas e com representantes dos quatro setores. Essa instância lateral seria importante para o debate de algum tema específico ou para a produção de uma pesquisa ou resultado que possa ser levado à aprovação do Órgão Pleno.

Por fim, o ITS Rio gostaria de reafirmar a importância do trabalho desempenhado pela **Assessoria** para que, junto ao Secretariado do CGI, possa continuar a desenvolver estudos e pesquisas sobre temas relacionados à governança da rede, promovendo ainda o acompanhamento de eventos e



reuniões estratégicas para o CGI, além de registrar e documentar as atividades do Comitê. Sempre que o CGI for chamado a atuar será importante contar com uma equipe de assessoria que possa dar suporte técnico e estratégico adequado, seja através da elaboração de documentos que possam resultar em notas técnicas ou demais publicações, seja através do estabelecimento de parcerias para a concepção e organização de cursos e eventos dedicados aos temas pertinentes ao mandato do Comitê.

Com proposta acima delineada, o ITS - juntamente com outras entidades da comunidade técnica e científica, da sociedade civil e do setor empresarial que também sugeriram modelos dentro do mesmo desenho geral - espera que o trabalho de reflexão sobre o aperfeiçoamento institucional do CGI alcance os melhores resultados. A preservação do mandato multissetorial do Comitê, com a ampliação de sua representatividade e a afirmação de paridade entre os setores, é o objetivo maior do esforço que congrega tantas entidades que nas últimas décadas vêm acompanhando e participando do processo de governança da rede no Brasil.

Ficamos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos sobre esta submissão e, desde já, nos colocamos à disposição para participar dos debates que visem a detalhar o modelo de desenvolvimento institucional do CGI.br.

Atenciosamente,

Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS Rio)